Considerando que a licenciada Maria da Conceição David Calado possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão), da Divisão de Avaliação Ambiental da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, a licenciada Maria da Conceição David Calado, técnica superior principal, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Identificação — Maria da Conceição David Calado, nascida a 17 de Junho de 1953, em Lisboa, Portugal.

Formação académica — bacharelato em Planeamento Biofísico pela Universidade de Évora (1979) e licenciatura em Arquitectura Paisagista pela Universidade de Évora (1990).

Formação complementar — além de diversas acções de formação na sua área de formação académica, de ordenamento do território e avaliação de impacte ambiental, frequentou com aproveitamento o curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, do Instituto Nacional de Administração, com a duração de cento e vinte horas, em Dezembro de 2006.

Actividade profissional:

Ensino — de 1983 a 1985, professora provisória na Escola Preparatória D. Afonso III, Faro, e Preparatória de Olhão, tendo leccionado as disciplinas de Ciências da Natureza e Matemática.

Actividades nas áreas de Ordenamento do Território e Avaliação de Impacte Ambiental:

De 1981 a 1983 desempenhou funções na Reserva Natural da Ria Formosa, tendo executado como principais tarefas a caracterização biofísica da bacia hidrográfica da Reserva Natural da Ria Formosa, além da emissão de pareceres sobre implantação de loteamentos urbanos, construções isoladas, equipamentos turísticos e pisciculturas na área da Reserva Natural da Ria Formosa;

De 1984 a 1985 desempenhou funções na Reserva Natural da Ria Formosa, tendo executado como principais tarefas o desenvolvimento da base biofísica de suporte ao Plano de Ordenamento e Desenvolvimento da Reserva Natural da Ria Formosa (PODE) e a colaboração na redacção final do relatório do PODE publicado pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve (CCRA), em 1985;

De 1985 a 1986 desempenhou funções na Delegação Regional do Algarve da Direcção-Geral do Ordenamento, tendo como principais tarefas a colaboração na demarcação da Reserva Ecológica Nacional (REN) da faixa litoral do Algarve, a emissão de pareceres sobre operações de loteamento, aldeamentos turísticos, unidades hoteleiras, construções isoladas, equipamentos e infra-estruturas viárias, com especial incidência nos concelhos de Albufeira e Silves;

De 1987 a 1991 desempenhou funções na Comissão de Coordenação da Região do Algarve, na Direcção Regional de Ordenamento do Território, nomeadamente na emissão de pareceres sobre operações de loteamento, aldeamentos turísticos, unidades hoteleiras, construções isoladas, equipamentos e infra-estruturas em toda a Região do Algarve;

De 1992 a 2001 desempenhou funções na Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Algarve, executando como principais tarefas o acompanhamento da elaboração e propostas de delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN), executadas pelas equipas dos Planos Directores Municipais, representação da DRARN nas reuniões da CNREN, nas comissões técnicas de acompanhamento de planos de ordenamento do território e, além da emissão de pareceres, assegurou a coordenação e participação em comissões de avaliação de estudos de impacte ambiental e comissões de acompanhamento de obra relativos a projectos de empreendimentos turísticos, docas de recreio, campos de golfe, infra-estruturas rodoviárias, barragens, florestações e pedreiras;

Desde Abril de 2001 exerce o cargo de chefe da Divisão de Avaliação Ambiental, da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território — Algarve, posteriormente Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Despacho n.º 13 498/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado o número máximo de unidades flexíveis de cada CCDR.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que o mestre António José Conde Búzio Sampaio Ramos possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão), da Divisão de Estudos Regionais da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o mestre António José Conde Búzio Sampaio Ramos, técnico superior de 2.ª classe, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

1 — Identificação:

Nome — António José Conde Búzio Sampaio Ramos;
Naturalidade — Leiria;
Data de nascimento — 2 de Dezembro de 1966.

2 — Formação académica:

Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Julho de 1996;

Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional, variante de Geografia Humana, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Julho de 1991.

3 — Outra formação relevante — curso de formação profissional Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP) — Instituto Nacional de Administração (INA).

4 — Situação na carreira profissional:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve:
2005 — nomeado chefe da Divisão de Estudos Regionais em regime de substituição;

2005 — passou a exercer funções nessa Comissão Regional, na Direcção de Serviços de Planeamento e Prospectiva;

2004 — passou a exercer funções nessa Comissão Regional, na Direcção de Serviços de Gestão e Ordenamento do Território;

2002 — ingressou no quadro dessa Comissão Regional, por transferência;

2001 — passou a exercer funções nessa Comissão Regional, em regime de requisição, na Direcção de Serviços de Planeamento e Prospectiva;

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Turismo — 2004-2005 — nomeado adjunto do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Turismo, em comissão de serviço.

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa:

2000 — foi admitido em concurso externo de ingresso para técnico superior, para assegurar a coordenação do Gabinete de Informática (técnico superior de 2.ª classe);

1999 — foi nomeado coordenador do Gabinete de Informática;
1998 — contrato de avença, integrando a equipa que concretizou a modernização dos serviços académicos;

1997-1999 — assistente convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

5 — Experiência profissional relevante:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve:

2006-2007 — coordenação do plano estratégico do ARADE;

2006-2007 — colaboração na elaboração da proposta do Plano Operacional Regional do Algarve 2007-2013;

2005-2007 — colaboração na preparação da Estratégia Regional para o Quadro de Referência da Estratégia Nacional 2007-2013;

2004-2005 — acompanhamento e emissão de pareceres sobre planos municipais de ordenamento do território;

2002-2004 — coordenador do projecto de coordenação da implementação de uma estratégia regional para a sociedade da informação — Algarve Digital (1.ª e 2.ª fases);

2002-2004 — coordenador do projecto «Réseau Vert Européen de l'Aire Méditerranée» — REVERMED — INTERREG IIIC, em representação da Região do Algarve;

2002-2003 — co-coordenador do projecto «Regions on Line» (ROL), no âmbito do programa INTERREG III B, em representação da Região do Algarve;

2001-2002 — coordenador do Plano de Intervenção da Aldeia de Paderne, no âmbito do Programa Aldeias do Algarve;

2001 — Coordenador do estudo «Dinâmicas sócio-económicas da aldeia de Paderne», no âmbito do Programa Aldeias do Algarve;

Secretaria de Estado do Ministério do Turismo — responsável pela assessoria do gabinete ao nível acompanhamento de planos de financiamento e das áreas de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento turístico.

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — coordenador do Gabinete de Informática (1999-2001).

Junta Metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo — integrou a equipa responsável pela construção do Sistema de Informação Geográfica da Área Metropolitana de Lisboa (1997-1998).

Programa Inter-Ministerial das Artes e Ofício Tradicionais (PAOT) — 1993-1994 — como investigador, desenvolveu trabalho nas áreas das iniciativas de desenvolvimento local e rural, tendo produzido diversas publicações, de onde se destaca a obra *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, PAOT & DGDR, 1994, 260 pp.

Docência no ensino superior e formação:

Assistente convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no curso de Geografia nos anos lectivos de 1997-1999;

Docente do Instituto Superior de Educação e Ciência nos anos lectivos de 1996-2001;

Assistente convidado no Instituto Ricardo Espírito Santo no ano lectivo de 1993-1994;

Coordenador do Plano de Formação — Informática e Tecnologias de Informação — 1999-2001 — e formador neste âmbito, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Actividade enquanto investigador:

1995-1997 — bolseiro de investigação da Junta Nacional de Investigação científica (JNICT);

1993 — bolseiro ERASMUS na Faculdade de Geografia e História, em Barcelona;

1994-1998 — integrou como investigador no Centro de Estudos Geográficos as equipas dos seguintes projectos: «Turismo, lazer e desenvolvimento local?», «Dinâmicas da população e território», «Serviços e desenvolvimento, que oportunidades para as áreas rurais?», «Desenvolvimento rural, desafio ou utopia?».

Actividades relevantes desenvolvidas no âmbito de empresas particulares e consultoria:

2000-2001 — Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo nas Beiras;

1992-1994 — estratégia para o turismo do centro litoral — PROT Centro Litoral para a CCR Centro;

1990-1992 — PDM dos concelhos de Sintra, Cascais, Nordeste e da Ribeira Grande.

Despacho n.º 13 499/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento

regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado o número máximo de unidades flexíveis de cada CCDR.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que o mestre António José dos Santos Lopes de Brito possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão), da Divisão de Apoio Jurídico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o mestre António José dos Santos Lopes de Brito, consultor jurídico de 1.ª classe, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Identificação — António José dos Santos Lopes de Brito, nascido a 23 de Março de 1968 em Lisboa, Portugal.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito concluída a 29 de Julho de 1991, ramo de Jurídico-Económicas, Universidade de Lisboa;

Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (Universidade Nova de Lisboa), terminado a 12 de Junho de 1996 com a obtenção da classificação final de *Bom com distinção*;

Curso de protecção europeia dos direitos do homem (ministrado pelo juiz conselheiro João de Deus Pinheiro Farinha, único juiz português no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de Estrasburgo, no ano lectivo de 1990-1991), concluído com a média final de 14 valores, tendo sido um dos únicos três portugueses a concluir o curso com aproveitamento, depois da apresentação de um trabalho intitulado «A problemática da eutanásia»;

Curso de Direito do Ambiente, concluído na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, a 24 de Novembro de 1991;

Formador com certificado de aptidão profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional n.º EDF 1574 DG, de 25 de Novembro de 1999;

Actividade profissional:

Estagiou como advogado, no escritório do Dr. João Castilho, em Lisboa, de Novembro de 1991 a Abril de 1992;

Trabalhou como advogado, no escritório da Dr.ª Regina Santos, na comarca de Oeiras, tendo assegurado o patrocínio jurídico em muitos processos crime e cível, de Abril de 1992 a Fevereiro de 1993, e no escritório do Dr. João Bagarrão, em Faro, onde se dedicou sobretudo ao direito laboral, contra-ordenacional, cível, comercial (consultadoria jurídica empresarial) e registral, de Março a Julho de 1993;

Foi representante comercial da base de dados «sentença» no Algarve, de Abril a Novembro de 1993;

Foi representante oficial no Algarve da Intercultura (AFS), de Julho de 1993 a Abril de 1995;

Formador do curso de formação profissional para jovens solicitadores e advogados estagiários, organizado pelo conselho distrital de Faro da Ordem dos Advogados, intitulado «O direito imobiliário na empresa», ministrado nas instalações da PSICOFARO, em Dezembro de 1996;

Professor responsável pela cadeira de Direito Internacional Público no 3.º ano da licenciatura em Direito da Universidade Lusófona, Portimão, no ano lectivo de 1996-1997;